

A DOCTRINA DA ELEIÇÃO CALVINISMO, ARMINIANISMO E O EQUILÍBRIO DA DOCTRINA BATISTA

Jorge Pinheiro¹

RESUMO

Dentro da concepção de que há diferença entre teologia e doutrina, este artigo faz um estudo comparativo entre o conceito de predestinação calvinista, o arminianismo e a concepção batista sobre o assunto tida como uma posição equilibrada.

Palavras chaves: Calvinismo, predestinação, arminianismo, doutrina batista

Algumas questões metodológicas

Em primeiro lugar devemos ver a relação entre teologia e doutrina. A teologia é uma construção racional, lógica, que parte de dois princípios: o princípio arquitetônico, que é a revelação, a palavra de Deus; e o princípio hermenêutico, instrumental, que fornece equipamento técnico para a análise do texto escriturístico.

A teologia serve assim, a partir desses dois princípios, um divino e outro humano, para contextualizar a palavra de Deus e responder aos desafios do tempo presente, armando e fortalecendo a igreja. Apesar desse importante serviço, a teologia é sempre passageira e precária. Não é revelação.

Já a doutrina é fundamento bíblico que norteia nossa fé e ordem. Não tem base nos arrazoados de grandes teólogos, mas na revelação. Nesse sentido, teologia e doutrina são diferentes. E nós devemos entender isso.

Em segundo lugar, devemos saber que quando o infinito cruza com o finito surgem questões impossíveis de serem respondidas a contento a partir de nossa perspectiva finita. Entre esses podemos citar a encarnação, a *kenosis* e a ressurreição de Cristo. Uma outra questão difícil, por implicar nesse cruzamento da infinitude da soberania de Deus e a liberdade de escolha da *imago Dei*, é a teologia da eleição.

Nesse sentido, há teologias, como a calvinista, que olham esta questão difícil da *eleição* a partir do infinito, de cima, exclusivamente. E há outras teologias, como a arminiana, que olham esta questão difícil da *eleição* apenas a partir do finito, de baixo.

Mas há uma outra maneira de olhar a questão da eleição, a partir da humildade do reconhecimento que estamos diante de um cruzamento do divino com o humano, do infinito com o finito, daquilo que está em cima com aquilo que está em baixo. E é exatamente esta perspectiva, humilde, bíblica e, por isso, doutrinária que orienta o pensamento batista nesta difícil questão.

A teologia da eleição segundo Lutero

Para entendermos a teologia da eleição no calvinismo e no arminianismo temos que começar a partir da visão de Lutero. A compreensão de Lutero tem por base a sua leitura da Carta de Paulo aos Romanos, e a partir daí de sua teologia da cruz. Segundo Walther von Loewenich, um especialista na vida e obra de do reformador alemão, “*a teologia da cruz é o princípio de toda a teologia de Lutero. Ela não pode ser limitada a um período particular de sua teologia*”.² Nessa teologia, Deus vem até aqui embaixo e a expiação acontece quando Deus chega até o ser humano, que vive sob a ira da lei. Deus é satisfeito, aplacado, quando o movimento divino em direção ao humano resulta em fé. Ocorre, então, uma “*alegre troca*”: Jesus toma a natureza pecaminosa e entrega ao ser humano sua vida justa e imortal. E nessa teologia da cruz de Lutero está embutida a primeira compreensão que a Reforma fez da eleição de Deus.

Para Lutero, conforme expôs no *Prefácio a Carta de Paulo aos Romanos*, “você deve seguir o raciocínio desta carta na ordem em que é apresentada. Fixe sua atenção, primeiro que tudo no Evangelho de Cristo, de maneira que você possa reconhecer seu pecado e a Sua graça. Então lute contra o pecado, conforme os capítulos de um a oito tem lhe ensinado a fazer. Finalmente, quando você chegar ao capítulo 8, debaixo da sombra da cruz e do sofrimento, passe para os capítulos de 9 a 11 que lhe ensinarão sobre a providência e o conforto que ela é”.

Assim, para Lutero, a eleição era uma garantia, era esperança. Pois, nos momentos de sofrimento, de cruz e das angústias da morte, é a providência divina, através da eleição, que nos dá garantia da presença da graça em nossas vidas. É por isso que ele disse: “Há uma medida adequada, hora e idade para o entendimento de toda doutrina”.

Dessa maneira, para o reformador, o caminho cristão começa com o ato de ouvir o Evangelho, com o reconhecimento de nosso pecado, mas também da graça de Deus, em Cristo, derramado sobre nós. Continua no correr de nossa vida com a luta contra o pecado e, finalmente, quando debaixo da sombra da cruz e do sofrimento, é a providência de Deus, manifesta na eternidade, através da eleição, que garante a esperança e nos dá conforto.

A teologia da eleição segundo Calvino

Calvino partiu dos mesmos textos de Lutero, principalmente da Carta de Paulo aos Romanos, mas inverteu a maneira de ver de Lutero. Se para Lutero, o ser humano não tem como discutir e mergulhar na compreensão da soberania de Deus e teologizar sobre ela e, por isso, a eleição deve ser vista como garantia de nossa esperança, principalmente nos momentos de dificuldades e sofrimentos, para Calvino a base da vida cristã é a escolha eterna de Deus. Assim, na teologia, não seria fim, mas começo e centralidade.

Tanto em seu *Comentário sobre a Carta aos Romanos*, como nas *Instituições da Igreja Cristã*, Calvino constrói uma teologia da eleição que tem por base a soberania de Deus. E olha a eleição sempre do “ponto de vista” de Deus, de cima, descartando uma leitura a partir da *imago Dei* e a possibilidade de escolha humana.

Segundo o teólogo batista Timothy George³, a doutrina da predestinação em Calvino pode ser definida em três palavras: absoluta, particular e dupla. É absoluta já que não está condicionada a nenhuma contingência finita, é particular no sentido que pertence a indivíduos e não a grupos. E, por fim, é dupla: Deus, para o louvor de sua misericórdia, elegeu uns para a vida eterna, e, para o louvor de sua justiça, outros para a perdição eterna.

A posição de Calvino, quando relaciona eleição e salvação, pode ser traduzida no seguinte silogismo: (1) A certeza da salvação depende do decreto eterno de Deus; (2) aqueles que crêem foram escolhidos por Deus desde a eternidade; (3) se eu creio, logo serei salvo, porque fui escolhido.

A historiografia dos séculos 16 e 17 mostra que a doutrina da predestinação absoluta defendida por Calvino enfrentou séria oposição não somente nos meios teológicos, mas de pastores e crentes. Entre esses opositores podemos citar Erasmo⁴, o movimento anabatista e dois fundadores do pensamento batista na Inglaterra: John Smyth⁵ e Guilherme Dell. Mas, historicamente, seu opositor mais conhecido foi Jacobus Arminius.

Apesar da oposição que a leitura de Calvino produziu no mundo protestante, sua leitura da eleição, para seus defensores, deve ser entendida como uma garantia nos momentos de provação e uma confissão à graça de Deus.

A teologia da eleição segundo Arminius

Já a doutrina da predestinação defendida por Jacobus Arminius⁶ (1560-1609) parte de uma perspectiva diferente: o papel da graça diante da depravação humana, a eleição condicional, a graça resistível, a expiação não limitada — Cristo morreu por todos — e a possibilidade de perda da salvação. Assim, para o arminianismo a eleição é condicionada pela fé.

Em sua *Declaração de Sentimentos*, apresentada à igreja holandesa

em 30 de outubro de 1605, ele sintetizou a sua posição em cinco pontos:

1 - **Capacidade humana e liberdade de escolha:** Todos os homens embora sejam pecadores, ainda são livres para aceitar ou recusar a salvação que Deus oferece;

2 - **Eleição condicional:** Deus elegeu os homens que ele previu que teriam fé em Cristo;

3 - **Expição ilimitada:** Cristo morreu por todos os seres humanos, em todas as épocas e lugares;

4 - **Graça resistível:** Os homens podem resistir à Graça de Deus para não serem salvos;

5 - **Decair da Graça:** Homens salvos podem perder a salvação caso não perseverem na fé até o fim.

Arminius defendeu uma posição sublapsariana, alertando para o fato de que Deus não predetermina ninguém para a perdição.

Segundo Arminius, Deus em seu decreto escolheu seu Filho como Salvador para mediar a favor daqueles pecadores que se arrependem e crêem em Cristo, e para administrar os meios eficientes e eficazes para a fé de cada um deles. Assim, para ele, Deus decreta a salvação e a perdição de pessoas em particular com base na onisciência divina da fé e perseverança de cada indivíduo.

Na verdade, a tensão da discussão entre predestinação absoluta ou predestinação condicional gira ao redor da compreensão de duas doutrinas: graça e eleição. Tomamos por base, a partir de Arminius, o arrazoado que o apóstolo Pedro faz em sua segunda epístola, explicando esta questão. Ele nos mostra que a expiação não tem limites: *Não retarda o Senhor a sua promessa, como alguns a julgam demorada, pelo contrário, ele é lon gânime para convosco, não querendo que nenhum pereça, senão que todos cheguem ao arrependimento.*⁷

A graça e a expiação têm eficiência e eficácia ilimitadas, mas há uma chave para que a função graça e função expiação sejam plenamente exercidas. E essa chave está no final do versículo acima citado: *“que todos cheguem ao arrependimento”*.

O sacrifício pleno, eficiente e eficaz de Cristo (graça não limitada) deve ser somado ao arrependimento, produzindo então a salvação. Ou seja: *expiação não limitada mais arrependimento = salvação*.

O sacrifício pleno, eficiente e eficaz de Cristo (graça não limitada) sem o arrependimento produz justiça. Ou seja: *expiação não limitada menos arrependimento = justiça*.

A verdade, para Arminius, é que o valor da cruz não é limitado, mas sua aplicação sim. Para ele, todos estamos predestinados à salvação, mas

a eleição depende do arrependimento. Por isso, para Arminius, que Deus decreta a salvação e a condenação de pessoas em particular com base no conhecimento divino da fé e perseverança de cada um em particular.

A partir desse pastor holandês, podemos dar uma explicação lógica e plausível para o texto de 2Pe 2.1: *“Assim como no meio do povo surgiram falsos profetas, assim também haverá entre vós falsos mestres, os quais introduzirão dissimuladamente heresias destruidoras, até a ponto de renegarem o Soberano Senhor que os resgatou, trazendo sobre si mesmos repentina destruição”*.

A teologia de Jacobus Arminius ressalta a liberdade humana. Acreditava no pecado original, considerava que a vontade do homem natural caído está degenerada, incapacitada para produzir qualquer bem espiritual. Nesse sentido seu conceito de liberdade humana diferia da visão de Pelágio.

Jacobus Arminius influenciou profundamente a teologia de John Wesley, o metodismo e o protestantismo de missões. É interessante notar, também, que o pensamento de Arminius antecede os padrões de pensamento do Iluminismo.

Em resposta às críticas do arminianismo, a Igreja Reformada da Holanda se reuniu em concílio, e assim os presbiterianos produziram um documento que ficou conhecido como:

Os cinco pontos do Calvinismo

O termo Calvinismo é dado ao sistema teológico exposto e defendido por João Calvino (1509-1564). Seu sistema de interpretação bíblica, no entanto, sofreu uma releitura ao ser resumido em cinco pontos, conhecidos como *“os cinco pontos do Calvinismo”* ou TULIP, em inglês.

De 13 de novembro de 1618 a 9 de maio de 1619 reuniu-se na cidade de Dort, na Holanda, um concílio presbiteriano para discutir a controvérsia entre arminianos e calvinistas. Arminius (1560-1609) já tinha morrido e, logicamente, Calvino também (1509-1564). O concílio analisou cinco questões: predestinação, expiação, fé, graça e perseverança dos santos. Ao final do Concílio de Dort, os presbiterianos aprovaram os *“cinco pontos do calvinismo”*.

Eis a TULIP:⁸

1 - **Total Depravity (Depravação total)**: todos os seres humanos nascem totalmente depravados, incapazes de se salvar ou de escolher o bem em questões espirituais;

2 - **Unconditional Election (Eleição incondicional)**: Deus escolheu dentre todos os seres humanos decaídos um grande número de pecadores por graça pura, sem levar em conta qualquer mérito, obra ou fé prevista neles;

3 - **Limited Atonement (Expiação limitada)**: Jesus Cristo morreu na cruz para pagar o preço do resgate somente dos eleitos;

4 - Irresistible Grace - (Graça Irresistível): a graça de Deus é irresistível para os eleitos, isto é, o Espírito Santo acaba convencendo e infundindo a fé salvadora neles;

5 - Perseverance of Saints (Perseverança dos Santos): todos os eleitos vão perseverar na fé até o fim e chegar ao céu. Nenhum perderá a salvação.

Essa leitura do calvinismo é chamada por alguns teólogos batistas de *hipercalvinismo*, e se caracteriza pela negação da idéia de que a chamada do Evangelho se destina àqueles que não são eleitos. É a negação da idéia de que a fé é o dever de cada um que ouve o Evangelho. Ou seja, é a crença de que Deus planejou o mundo de tal forma que causas secundárias, ou seja, nossas ações, não são necessárias de modo algum, pois, se Deus já escolheu quem vai ser salvo, não é necessário pregar o Evangelho. Esta visão não reflete o calvinismo histórico.

A doutrina batista da eleição

A partir do que vimos, podemos dizer que existem três tendências no pensamento teológico em relação à doutrina da eleição, em especial à tensão existente entre a soberania de Deus e a liberdade de consciência e ação e ao uso pleno da razão por parte do ser humano:

A tendência chamada minimalista, que olha a questão de cima, a partir da soberania de Deus, e nega toda a possibilidade da liberdade humana, de consciência livre e escolha. A tendência chamada maximalista, que olha a questão de baixo, a partir de nossa humanidade, e não vê limitação à possibilidade do ser humano responder de forma livre ao chamado de seu Criador.

Mas há uma superação dialética dessa contradição, que defende que o ser humano pode e deve apoiar sua resposta à eleição e ao chamado de Deus em sua liberdade de ação e consciência, assim como no uso da razão, embora tal processo deva ter como ponto de partida a revelação. Vamos analisar, então, o pensamento doutrinário batista:

Eleição é a escolha feita por Deus, em Cristo, desde a eternidade, de pessoas para a vida eterna, não por qualquer mérito, mas segundo a riqueza da sua graça. Antes da criação do mundo, Deus, no exercício de sua soberania divina e à luz de sua presciência de todas as coisas, elegeu, chamou, predestinou, justificou e glorificou aqueles que, no correr dos tempos, aceitariam livremente o dom da salvação. Ainda que baseada na soberania de Deus, essa eleição está em perfeita consonância com o livre-arbítrio de cada um e de todos os seres humanos. A salvação do crente é eterna. Os salvos perseveram em Cristo e estão guardados pelo poder de Deus. Nenhuma força ou circunstância tem poder para separar o crente do amor de Deus em Cristo Jesus. O novo nascimento, o perdão, a justificação, a adoção como filhos de Deus, a eleição e o dom do Espírito Santo asseguram aos

salvos a permanência na graça da salvação.⁹

Reconhecemos que existe uma tensão entre infinito e finito, entre o que está em cima e o que está embaixo. Mas, para nós batistas, a doutrina da eleição é uma síntese, que equilibra a tensão. Dessa maneira, segundo Sua graça imerecida, Deus opera a salvação em e através de Cristo, de pessoas eleitas desde a eternidade, chamadas, predestinadas, justificadas e glorificadas à luz de Sua presciência e de acordo com o livre arbítrio de cada um e de todos. [Veja os seguintes textos: I Pe 1.2; Rm. 9.22-24; I Ts 1.4; Rm. 8.28-30; Ef. 1.3-14].

E assim a doutrina batista apresenta seus quatro pontos:

1. Todos são eleitos.
2. Deus opera a salvação *em* e *através* de Cristo pelo favor imerecido de sua graça.
3. Deus é pré-ciente.
4. De acordo com o livre-arbítrio, desde a eternidade, Deus elege, chama, predestina, justifica e glorifica.

No modo batista de pensar entende-se que salvação implica em regeneração, que é ato inicial em que Deus faz nascer de novo o pecador perdido. É obra do Espírito Santo, quando o pecador recebe o perdão, a justificação, a adoção de filho de Deus, a vida eterna e o dom do Espírito Santo. Neste ato de regeneração, o novo crente é batizado com o Espírito Santo e é por ele selado para o dia da redenção final, liberto do castigo eterno de seus pecados.

Há duas condições para o pecador ser regenerado: arrependimento e fé. O arrependimento implica em mudança radical do homem interior, que significa afastar-se do pecado e voltar-se para Deus. A fé é a confiança e aceitação de Jesus Cristo como Salvador e a total entrega da personalidade do pecador a Ele. Nessa experiência de conversão o ser humano perdido é reconciliado com Deus, que lhe concede perdão, justiça e paz.¹⁰

Assim, a partir da consistência ontológica do humano, somos levados à necessidade de uma análise antropológica para a teologia. Quando descartamos a reflexão sobre o ser humano a quem Deus fala, temos um discurso meramente ideológico, distanciado do homem e da mulher verdadeiros e da realidade em que vivem e transformam. Temos, então, um ser humano-mito, onde os fatos natural e histórico transformam-se em alegoria.

O pressuposto fundamental dessa reflexão antropológica para a teologia é a *imago Dei*, que traduz a verdade de que a compreensão de Deus, através de seu Cristo, leva à compreensão do ser humano e de sua razão de existir. Não se trata de conhecer o ser humano para conhecer a Deus, porque o homem não é Deus, mas o contrário. Nesse sentido, a antropologia correta

parte da revelação. Não utilizamos o conceito do teólogo Tomás de Aquino de analogia em seus dois sentidos, como se fosse possível ao homem conhecer a Deus a partir de si próprio, mas acreditamos que as necessidades e anseios do espírito humano apontam para aquilo que ele perdeu.

Se a revelação é uma conversa entre Deus e o ser humano, em Cristo, é a partir desse diálogo que temos os elementos fundamentais para conhecer aquilo que Deus deseja que sejamos. Nesse sentido, por mais decaído que esteja o ser humano, ainda lhe resta a liberdade de consciência necessária para aceitar ou não esse diálogo proposto pelo Criador.

Por isso, nós batistas consideramos que a missão do povo de Deus é a evangelização do mundo, visando a reconciliação do ser humano com Deus. É dever de todo discípulo de Jesus Cristo e das igrejas proclamarem, pelo exemplo e pelas palavras, a realidade do evangelho, fazendo novos discípulos de Jesus Cristo em todas as nações. Cabe às igrejas batizá-los, ensinando-os a observar o que Jesus ordenou. A responsabilidade da evangelização estende-se até os confins da terra e, por isso, as igrejas devem promover a obra de missões, pedindo a Deus que envie obreiros para a sua seara.¹¹

¹ Jorge Pinheiro é pastor auxiliar da Igreja Batista em Perdizes (SP/Capital) e professor de Teologia Sistemática na Faculdade Teológica Batista de São Paulo.

Bacharel em Jornalismo, Bacharel em Teologia, Mestre em Ciências da Religião e Doutor em Ciências da Religião.

² Walther von Loewenich, *A Teologia da Cruz de Lutero*, São Leopoldo, Sinodal, 1988, pp. 11 e 12.

³ Timothy George, *Teologia dos Reformadores*, São Paulo, Edições Vida Nova, 1994, p.232.

⁴ Desidério Erasmus (1486-1536) teólogo e erudito, em 1524 escreveu, em polêmica com Lutero, *Diatribes sobre o Livre Arbítrio*.

Carl Bangs, *Arminius, A Study in the Dutch Reformation*, NY, Abingdon Press, 1971, pp.90 e 102.

⁵ John Smyth (1610-1612), primeiro pastor batista na Inglaterra, levantou a bandeira da "liberdade de consciência absoluta" in

Zaqueu Moreira de Oliveira, *Liberdade e Exclusivismo: Ensaio sobre os Batistas Ingleses*. Rio de Janeiro: Horizontal; Recife: STBNB Edições, 1997, p. 83.

⁶ Pensador batista inglês, "Dell usou cada oportunidade que teve para defender a liberdade de consciência. Ele considerou o uso de coação uma invenção humana, algo deletério que não tinha lugar no reino de Cristo". Zaqueu Moreira de Oliveira, op. cit., p. 104-106. Dell escreveu *Uniformidade Examinada* e apoiou a revolução inglesa (1642-1649), dirigida por Oliver Cromwell.

⁷ 2Pe 3.19 e também 1Jo 2.2 e 2Co 5.19

⁸ Obras de Jacobus Arminius: Exame do Panfleto de Perkins, *Declaração de Sentimentos, Controvérsias Públicas, Setenta e Nove Controvérsias Particulares* in Carl Bangs, *Arminius, A Study in the Dutch Reformation*, NY, Abingdon Press, 1971, pp.206-221; 307-316; e *Arminianismo e Jacobus Arminius*, in *Enciclopédia Histórico-Teológica*, São Paulo, Edições Vida Nova, 1993, pp. 112-114.

⁹ Júlio Andrade Ferreira (org.), *Antologia Teológica*, São Paulo, Novo Século, 2003, p. 698.

¹⁰ *Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, "Eleição"*, in Rumo e Prumo, terceira edição, *Ordem dos Pastores Batistas do Brasil, secção do Estado de São Paulo*, dezembro de 2004, p. 26.

⁹ "Salvação", in Rumo e Prumo, terceira edição, *Ordem dos Pastores Batistas do Brasil, secção do Estado de São Paulo*, dezembro de 2004, p. 25.

¹¹ "Evangelificação e Missões", in Rumo e Prumo, op. cit., p. 28.